

							
legislação	consultoria	assessoria	informativos	treinamento	auditoria	pesquisa	qualidade

# Relatório Trabalhista

Nº 016

24/02/97



## AGENDA DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS MARÇO/97

### **DIA 03** INSS (GRPS) - RECOLHIMENTO

A guia de recolhimento do INSS de empregados/empresa (GRPS) relativo ao mês de competência fevereiro/97, deverá ser recolhido até esta data, sem nenhum acréscimo.

- **PRAZO DE RECOLHIMENTO:** Desde a competência setembro/94, o prazo de recolhimento da GRPS, ficou reduzido para o dia 2 do mês subsequente ao de competência, podendo ser prorrogado para o 1º dia útil seguinte caso não haja expediente bancário (MP nº 598/94 e Lei nº 9.063/95);
- **RECOLHIMENTO EM ATRASO:** Até a competência dezembro/94, está sujeito a correção pela UFIR, além de juros de mora de 1% ao mês ou fração e mais multa variável, sendo: 10% até a data do pagamento que não tenham sido incluídas em notificação de débito; 20% se pagos dentro de 15 dias contados da data do recebimento da notificação de débito; 30% se pagos mediante parcelamento, desde que requerido no prazo de 15 dias contado da data do recebimento da notificação do débito; 60% se pagos em qualquer outros casos, inclusive por falta de cumprimento de acordo de parcelamento (Port. nº 3.042/92 - RT 010/92). Os débitos relativos a períodos de competência anteriores a 01/01/95, inclusive os que foram objeto de parcelamento, expressos em quantidade de UFIR, serão reconvertidos para R\$ com base no valor desta fixado para o trimestre do pagamento (Art. 5º, da MP nº 812/94). A tabela prática de cálculos do INSS em atraso, no mês de fevereiro/97, encontra-se no RT 015/97.
- **PERÍODO DE MARÇO A JUNHO/94 - URV:** As contribuições previdenciárias relativas ao período de março até junho/94, deverão ser calculadas e URV e convertidas em UFIR, ou CR\$ na data do recolhimento, caso este ocorra antes do 1º dia útil do mês subsequente ao de competência. Mais detalhes no RT 018/94 (MP nº 434/94) e no RT 026/94 (OS nº 108/94);
- **AUTO DE INFRAÇÃO:** A Resolução nº 353, de 24/04/96 (RT 035/96) mandou suspender a emissão de Notificação de Débito, cujo o valor seja inferior a R\$ 200,00, este, apenas será registrado para lançamentos futuros. Auto de Infração e aplicação da multa, consulte o RT 056/96 (Ordem de Serviço nº 141, de 20/06/96), que substituiu as informações prestadas nos RTs 075/93 (OS nº 81/93) e 092/94 (Resolução nº 238/94);
- **PARCELAMENTO DE DÉBITOS:** Sobre parcelamento de débitos de micro e pequenas empresas, consulte o RT nº 004/97 (Ordem de Serviço nº 152, de 30/12/96). Sobre parcelamento de débito, consulte os Rts: 102/95 (Resolução nº 320, de 28/11/95); 095/95 (Lei nº 9.129, de 20/11/95); 016/93 (Decreto nº 738/93) e 014/93 (OS nº 63/93);
- **RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA:** Sobre procedimentos de restituição ou compensação automática na GRPS de importância recolhida indevidamente ou a maior, consulte o RT 057/96 (Ordem de Serviço Conjunta nº 51, de 28/06/96), que substituiu as instruções mencionadas no RT 079/95 e 067/94; O artigo 4º, da Lei nº 9.129, de 20/11/95, DOU de 21/11/95, alterou a redação do art. 89, da Lei nº 8.212/91, elevando o limite de compensação na GRPS de 25 para 30%, sobre o valor recolhido em cada competência;
- **INCIDÊNCIA SOBRE PRÓ-LABORE E PAGAMENTOS A AUTÔNOMOS:** De acordo com a Resolução nº 14, 1995, DOU de 28/04/95, Senado Federal, ratificada pela Portaria nº 3.081, de 12/03/96, do Ministério da Previdência e Assistência Social, as empresas não mais recolhem a contribuição patronal de 20% sobre os valores pagos a título de pró-labore e honorários pagos a autônomos. Mais informações, consulte os Rts 023/96, 038/95 e 068/94;
- **CONTRIBUIÇÃO DE TERCEIROS:** Veja no RT 077/96, os novos percentuais de contribuição de terceiros, vigentes a partir da competência setembro/96 (OS nº 145, de 06/09/96);

- **TAXA DE ACIDENTE DO TRABALHO:** Sobre o enquadramento da taxa de acidente do trabalho, que vai na GRPS, consulte o RT 082/95. As micros e pequenas empresas (receita bruta anual igual ou inferior a 700 mil UFIR) recolhem apenas 1% para taxa de acidente do trabalho, de acordo com a Lei nº 8.864/94 (RT 031/94). Os escritórios administrativos com CGC próprio, inclusive os de empresa de construção civil, são enquadrados no código SAT 805.990, com taxa de apenas 1%, de acordo com a Orientação Normativa nº 2/94 (RT 067/94);
- **APOSENTADOS - CONTRIBUIÇÃO DO INSS:** A partir de 01/08/95, os aposentados voltaram a contribuir novamente à Previdência Social, vigência da Lei nº 9.032/95 (RT 036/95) e Portaria nº 2.006/95 (RT 038/95). No período de 16/04/94 até 31/07/95, os aposentados gozaram da isenção, beneficiada pela Lei nº 8.870/94 (RT 032/94);
- **CÓPIA DA GRPS:** A Lei nº 8.870/94 (RT 032/94), determinou que a cópia da GRPS seja fixado no Quadro de Horário de Trabalho, bem como fazer o envio da respectiva cópia ao Sindicato Profissional preponderante, até o dia 10 de cada mês. O Decreto nº 1.843, de 25/03/96, DOU de 26/03/96, (RT 026/96), reduziu o tempo de permanência da afixação da cópia da GRPS, no quadro de horário, para apenas um mês (antes era de 6 meses);
- **INSS SOBRE 13º SALÁRIO:** Instruções sobre incidência do INSS sobre 13º salário, consulte os Rts: 103/95 (OS nº 136, de 13/12/95); 093/95 (OS nº 097/93) e 032/94 (Lei nº 8.870/94);
- **INSS SOBRE ACORDOS:** Incidência do INSS sobre Acordos Trabalhistas, bem como prazo de recolhimento e preenchimento, consulte o RT 084/93 (OS nº 092/93) ou RT 099/95;
- **TRANSPORTE :** As empresas de transporte rodoviário, deverão observar desde janeiro/94, o recolhimento de 1,0% para o SENAT e 1,5% para o SEST. Veja demais detalhes nos Rts 074/93 (Lei nº 8.706/93); 005/94 (OS nº 105); 101/93 (Decreto nº 1.007/93). Com o advento do Decreto nº 1.092, de 21/03/94, as empresas de outras atividades que empregavam motoristas (exceto autônomos), ficaram isentas do respectivo recolhimento, estendendo-se apenas para empresas de transporte de valores, locação de veículos e distribuição de petróleo. Porém ficou mantido o recolhimento para SENAI/SENAC, totalizando 2,5%. Veja demais detalhes nos Rts 026/94 (OS nº 108/94) e 036/94 (OS nº 110/94). O SEST/SENAT incide sobre pagamentos efetuado à trabalhador rodoviário autônomo, cujo o recolhimento deverá ser efetuado através da GRPS, sob código FPAS 620;
- **TABELA DO INSS - EMPREGADOS:** A partir de 23/01/97, aplica-se uma nova tabela, com alíquotas reduzidas/CPMF, divulgada pela Portaria Interministerial nº 16, de 21/01/97 (RT 007/97). A partir de maio/96 aplica-se a tabela divulgada pela Portaria nº 3.242, de 13/05/96 (RT 040/96), repetidas pela Ordem de Serviço nº 138, de 20/05/96 (RT 046/96) e Ordem de Serviço nº 149, de 25/10/96 (RT 094/96). Desde agosto/95, a terceira faixa da tabela de desconto do INSS, do empregado, passou de 10 para 11% , conforme alterações introduzidas pela Lei nº 9.032/95 (RT nº 036/95) e Portaria nº 2.006/95 (RT 038/95);
- **SALÁRIO-EDUCAÇÃO:** A Instrução nº 1, de 23/12/96 (RT 003/97), estabeleceu as normas a serem observadas pela empresa contribuinte do Salário-Educação, responsável pela indicação dos alunos beneficiários da aplicação realizada em favor do ensino fundamental dos seus empregados e dependentes, à conta de deduções desta contribuição social. Estabelecimentos de ensino veja RT 011/97 (Ordem de Serviço nº 154, de 24/01/97). Sobre isenção do salário-educação, veja RT 077/93 (OS nº 086, de 20/08/93); sobre SME - Sistema de Manutenção de Ensino, programa 1995, veja RT 091/94 (Instrução nº 3/94); e Alterações a partir de janeiro/97, consulte os RTs 004/97 (MP 1.565, de 09/01/97); 078/96 (MP nº 1.518, de 19/09/96); 085/96 (MP nº 1.518-1, de 17/10/96); e 093/96 (MP 1.518-2, DE 13/11/96);
- **CONSTRUÇÃO CIVIL:** Instruções sobre recolhimento INSS/Construção Civil, consulte o RT 072/93 (OS nº 088/93);
- **CÓDIGO FPAS:** Verifique o novo enquadramento do código FPAS (campo 11 da GRPS), bem como novos percentuais de contribuição, a partir da competência setembro/96, no RT 077/96 (Ordem de Serviço nº 145, de 06/09/96), que substituiu aquela mencionada no RT 057/93 (OS nº 073/93);
- **GRPS:** A Resolução nº 408, de 09/12/96, DOU de 12/12/96 (RT 103/96), do INSS, liberou a emissão da GRPS, elaborada eletronicamente, pelo próprio contribuinte. Sobre manual de preenchimento da GRPS, inclusive em formulário contínuo, consulte o RT 030/93 (OS nº 073/93);
- **RECOLHIMENTO CENTRALIZADO:** Desde a competência outubro/92, as contribuições do INSS não podem ser centralizadas, de acordo com a OS nº 047/92 (RT 074/92);
- **CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE PAGAMENTOS DE AUTÔNOMOS E PRÓ-LABORE:** A Ordem de Serviço nº 151, de 28/11/96, consolidou os procedimentos atinentes à arrecadação e fiscalização (RT 006/97). O Decreto nº 1.826, de 29/02/96, DOU de 01/03/96 (RT 019/96) regulamentou a Lei Complementar nº 84/96 (RT 007/96), que instituiu fonte de custeio para a manutenção da Seguridade Social. Segundo o Decreto, a referida contribuição, que será de 15% sobre o total das remunerações pagas, entrará em vigor a partir de 01/05/96 (competência maio/96).  
Excepcionalmente no caso de autônomo que estiver em dia com o pagamento de suas contribuições previdenciárias , as empresas, poderão optar pelo resultado mais vantajoso, ou seja 20% sobre o salário-base de contribuição, obedecendo os seguintes critérios: se o autônomo estiver contribuindo pela alíquota máxima (20%), a contribuição social poderá ser de 20% sobre o salário-base da classe enquadrado; se o autônomo está dispensado do recolhimento ao INSS, a contribuição social poderá ser de 20% sobre o salário-base da classe inicial, isto é, sobre um salário mínimo; e se o autônomo estiver contribuindo em uma das três primeiras classes do salário-base (10%), a contribuição social poderá ser de 20% sobre o salário-base da classe 4. Assim, ao calcular a contribuição social sobre autônomos, torna-se necessário elaborar dois cálculos comparativos: uma de 15% sobre a remuneração paga e a outra de 20% sobre o seu salário-base. O menor valor prevalece.  
A empresa deverá exigir do autônomo, cópia autenticada da última contribuição previdenciária, que deverá ser guardada por 10 anos. A contribuição deverá ser recolhida sempre no dia 2 do mês subsequente ao de competência, postergando no 1º dia útil seguinte, caso não haja expediente bancário nesta data. Aplicam-se as mesmas condições, sanções, privilégios e no que se refere à cobrança judicial, constantes na legislação previdenciária. A contribuição social, também foi estendida para cooperativas e bancos, porém com critérios diferenciados. Veja também a Orientação Normativa nº 06, de 24/05/96 (RT 045/96) que revogou a Orientação Normativa nº 5, de 08/05/96 (RT 040/96), que trouxe novas orientações sobre o assunto. Quadro ilustrativo e simplificado , veja RT 043/96.  
A Orientação Normativa nº 10, de 16/07/96 (RT 063/96), alterou o subitem 4.7 e o item 15 da ON/INSS/DAF/AFFI nº 006, de 24/05/96, isto é, com a referida alteração introduzida, a empresa poderá optar em recolher 20% sobre o salário-base do autônomo, desde que o recolhimento ocorra antes do lançamento do débito (antes, era até a data do recolhimento). No entanto, a fiscalização poderá lavar a NFLD. Não sendo possível identificar o valor do pro-labore, por outros meios já previstos, a referida contribuição incidirá sobre o seu salário-base de contribuição.  
De acordo com a Ordem de Serviço nº 145, de 06/09/96 (RT 077/96), a partir da competência setembro/96, o recolhimento de 15% + SEST/SENAT de 2,5% sobre o pagamentos efetuados à transportador rodoviário autônomo, deverá ser efetuado em GRPS separado, sob o código FPAS 620.
- **SEGURADO FACULTATIVO - RESIDENTE OU DOMICILIADO:** A Portaria nº 2.795, de 22/11/95 (RT096/95), autorizou o brasileiro residente e domiciliado no exterior, a contribuir para a Previdência Social na qualidade de segurado facultativo, desde que não esteja vinculado à legislação previdenciária daquele país ou já seja segurado da Previdência Social Brasileira.
- **MICROS E PEQUENAS EMPRESAS:** Com o sistema SIMPLES de contribuições e impostos, introduzida pela MP nº 1.526, de 05/11/96 (RT 090/96), a partir de janeiro/97, as micros e pequenas empresas poderão optar por este novo sistema,

	<p>isentando-se da contribuição previdenciária (patronal e acidente de trabalho), inclusive a contribuição social de 15% incidente sobre pagamentos de pró-labore e autônomos. A IN nº 74, de 24/12/96 (RT 005/97), deixou claro, a isenção da contribuição de terceiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>EXTINÇÃO DE DÍVIDAS DE PEQUENOS VALORES:</b> A Medida Provisória nº 1.533-1, de 16/01/97, DOU de 17/01/97, reeditou e convalidou os atos praticados pela MP nº 1.533, de 18/12/96 (RT 103/96), que extinguiu créditos oriundos de contribuições arrecadadas pelo INSS ou decorrente do descumprimento de obrigações acessórias, de até R\$ 1.000,00 quando inscrito em dívida ativa efetuadas até 30/11/96, e R\$ 500,00 por lançamento feito até 30/11/96, decorrente de notificação ou de auto-de-infração não inscrito em Dívida Ativa. A regra não se aplica aos créditos incluídos em parcelamento.</li> </ul>
<b>DIA 03</b>	<p><b><u>DIRF ANO-BASE 1996 - EXERCÍCIO 1997 - FINAIS CGC 1 E 2</u></b></p> <p>Até esta data, as empresas com finais do número básico do CGC 1 e 2, deverão entregar a DIRF, meio de informação somente em fita magnética, cartucho ou disquete (extinto o formulário), acompanhada de 3 vias do Recibo de Entrega Provisório, à unidade local da Secretaria da Receita Federal do domicílio do declarante. Veja mais detalhes no RT 100/96.</p>
<b>DIA 04</b>	<p><b><u>PIS - ABONO/RENDIMENTOS - NASCIDOS DE 01 A 15 DE JUNHO</u></b></p> <p>De 04/03/97 até 30/04/97, os empregados nascidos no período de 01 a 15 de junho, poderão sacar o Abono ou Rendimentos do PIS relativo ao exercício 96/97, junto a Caixa Econômica Federal. (Resolução nº 123, de 18/09/96, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT - RT 081/96, e, Resolução nº 2, de 15/10/96, do Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS-PASEP - RT 085/96).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>TUMOR MALIGNO:</b> A Resolução nº 1, de 15/10/96 (RT 085/96), do Conselho Diretor do Fundo de Participação do PIS-PASEP, autorizou o saque da cota PIS-PASEP, aos portadores da doença de neoplasia maligna (tumor maligno), seja o titular quando ele próprio ou qualquer de seus dependentes.</li> </ul>
<b>DIA 04</b>	<p><b><u>DIRF ANO-BASE 1996 - EXERCÍCIO 1997 - FINAIS CGC 3 E 4</u></b></p> <p>Até esta data, as empresas com finais do número básico do CGC 3 e 4, deverão entregar a DIRF, meio de informação somente em fita magnética, cartucho ou disquete (extinto o formulário), acompanhada de 3 vias do Recibo de Entrega Provisório, à unidade local da Secretaria da Receita Federal do domicílio do declarante. Veja mais detalhes no RT 100/96.</p>
<b>DIA 05</b>	<p><b><u>IRRF - ASSALARIADOS E OUTROS - RECOLHIMENTO</u></b></p> <p>Até esta data, deverá ser recolhido o IRRF de assalariados, autônomos, pró-labore, fretes e carretos, e outros, com rendimentos pagos no período de 23/02/97 a 01/03/97.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>PRAZO DE RECOLHIMENTO:</b> Desde de janeiro/95, com o advento da MP nº 812, de 20/12/94, transformada em Lei nº 8.981, de 20/01/95, o prazo de recolhimento do IRRF, foi reduzido para o 3º dia útil da semana subsequente à de ocorrência do fato gerador (de julho até dezembro/94, recolhia-se até o 3º dia útil da quinzena subsequente). Desde 01/11/93, o recolhimento do IRRF, sem correção, foi reduzido para o mesmo dia em que ocorre o fato gerador (MP nº 368/93 - RT 090/93). Esse prazo ficou suspenso até dezembro/94, em decorrência do congelamento da UFIR (art. 34, da MP nº 542/94 e Ato Declaratório nº 41/94);</li> <li>• <b>RECOLHIMENTO EM ATRASO:</b> Quando pagas em atraso, cujo os fatos geradores tenham ocorrido até 31/12/94, está sujeita a correção monetária através da UFIR, e sobre ela, o acréscimo de juros de mora a base de 1% ao mês-calendário ou fração e mais a multa de 10%, se pago até o último dia útil do mês subsequente ao vencimento. Após esse prazo, a multa será de 20%. Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/95, há juros de mora com incidência a partir do 1º dia do mês seguinte ao do vencimento do débito e até o mês do efetivo pagamento. Os juros são encontrados da seguinte maneira: a) até março/95: à taxa média anual de captação do Tesouro Nacional relativa à Dívida Mobiliária Federal Interna, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo de 3,63% para fevereiro e 2,60% para março (Lei nº 8.981/95, I); b) a partir de abril/95: à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente (Lei nº 9.065/95, art. 13); ou à razão de 1% ao mês-calendário ou fração, prevalecendo o que for maior. O juro relativo ao mês do pagamento do débito é 1%. A multa é de 10%, caso o pagamento se verificar no próprio mês do vencimento; 20% caso o pagamento ocorrer no mês seguinte ao vencimento; e 30% quando o pagamento for efetuado a partir do 2º mês subsequente ao do vencimento (art. 84 e seus §§, da MP nº 812, de 30/12/94, transformada na Lei nº 8.981, de 20/01/95; Para cálculo do IRRF em atraso, no mês de fevereiro/97, consulte o RT 010/97;</li> <li>• <b>CONVERSÃO PARA REAL:</b> A reconversão para R\$, dos tributos e contribuições cujo fatos geradores ocorreram até 30/06/94, quando pagas no vencimento, será realizada utilizando-se o valor da UFIR, em R\$, fixado para o dia 01/07/94, isto é, R\$ 0,5618 (Ato Declaratório nº 41, 04/07/94, DOU 06/07/94);</li> <li>• <b>COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA/RESTITUIÇÃO:</b> A Instrução Normativa nº 22, de 18/04/96 (RT 037/96), baixou novas instruções sobre o assunto. No tocante a compensação automática, a empresa que reter imposto a maior e, no mês ou meses subsequentes devolver essa importância ao contribuinte, deverá converter o valor retido a maior em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês de retenção (mês de recolhimento do rendimento) e reconverter em R\$ pela UFIR do mês da devolução (IN nº 50, de 30/06/94, DOU de 01/07/94);</li> <li>• <b>CENTRALIZAÇÃO DE RECOLHIMENTOS:</b> As empresas com mais de um estabelecimento poderão centralizar os recolhimentos, de acordo com os critérios mencionados na IN nº 128, de 02/12/92 (veja RT nº 097/92);</li> <li>• <b>DISPENSA DO RECOLHIMENTO INFERIOR A 2,5 UFIR:</b> As empresas estão dispensadas do recolhimento do IRRF de valor inferior a 2,5 UFIR (do mês), desde que o período de apuração seja inferior a um mês. Atentar-se que a dispensa do recolhimento ocorrer sobre todas as espécies de um mesmo gênero de impostos, e não sobre a cada tipo de retenção (Port. nº 649, 30/09/92 - RT 079/92);</li> <li>• <b>PARCELAMENTOS DE DÉBITOS:</b> Sobre parcelamento de débitos do IR, consulte o RT 004/97 (IN nº 1, de 02/01/97). Consulte também o RT 049/96 ((Portaria nº 152, de 12/06/96); RT 036/96 (Portaria Conjunta nº 244, de 24/04/96) e também o RT 034/96 (Portaria nº 77, de 19/04/96); RT 094/94, item 02 (Portaria nº 561, de 09/11/94, DOU 10/11/94); RT 031/94, item 04 (Port. 209, de 08/04/94, DOU 12/04/94); RT 038/94 (Port. nº 289/94); e RT 068/94. item 03-G (IN nº 64, 22/08/94, DOU 23/08/94);</li> <li>• <b>DARF:</b> Novo modelo a partir de 04/97, consulte RT 005/97 (IN nº 81, 27/12/96). Instruções para preenchimento do DARF, consulte o RT nº 003/94 (Ato Declaratório nº 34, de 08/12/93). O modelo do DARF, atualmente em uso, consulte o RT nº 041/91;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>AUXILIO-DOENÇA E AUXILIO-FUNERAL - INCIDÊNCIA:</b> Sobre tributação do Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral, consulte o RT nº 032/94, item 02 (Ato Declaratório nº 17, de 13/04/94, DOU de 14/04/94);</li> <li>• <b>DEPENDENTES:</b> Desde agosto/94, para efeito de apuração da base de cálculo do IRRF, poderá ser deduzida 100 UFIR por cada dependente (até julho/94 era de 40 UFIR) (Ato Declaratório nº 45, de 02/09/94, DOU de 05/09/94 - RT 072/94, item 05);</li> <li>• <b>REDARF:</b> Para retificação de erros; comprovação de pagamentos efetuados através do DARF; e pedidos de cancelamento, deverá ser utilizado o formulário denominado de REDARF, introduzido pela Instrução Normativa nº 48, de 18/10/95, DOU de 19/10/95 (RT 085/95);</li> <li>• <b>PENSÃO JUDICIAL:</b> Para encontrar as bases de cálculo do IRRF e Pensão Alimentícia, simultaneamente, utilizando o recurso da equação de 2 variáveis, consulte o RT 072/95. Sobre a isenção do IRRF sobre pagamentos recebidos a título de Pensão Judicial, para portadores de doença profissional consulte o RT 080/95.</li> <li>• <b>CARNÊ-LEÃO:</b> Veja no RT 004/96 (Instrução Normativa nº 070, de 28/12/95), novas instruções para recolhimento do carnê-leão, a partir de janeiro/96;</li> <li>• <b>TRIBUTAÇÃO:</b> A Instrução Normativa nº 25, de 29/04/96 (RT 038/96), divulgou as normas consolidadas, relativo ao Imposto de Renda - PF.</li> <li>• <b>EXTERIOR:</b> A Medida Provisória nº 1.563, de 31/12/96, DOU de 02/01/97 (RT 004/97), baixou novas instruções sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior. Consulte o RT nº 079/96 (Parecer Normativo nº 4, de 16/09/96, da Secretaria da Receita Federal) sobre situação fiscal de brasileiros residentes ou domiciliados no exterior;</li> <li>• <b>DISPENSA DE RETENÇÃO IGUAL OU INFERIOR A R\$ 10,00:</b> De acordo com o art. 67, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, DOU de 30/12/96 (RT 005/97), repetida pela Instrução Normativa nº 85, de 30/12/96, DOU de 31/12/96, da Secretaria da Receita Federal, a partir de 01/01/97, fica dispensada a retenção do IRRF, cujo o valor seja inferior ou igual a R\$ 10,00.</li> </ul>
<b>DIA 05</b>	<p><b><u>PAGAMENTO DE SALÁRIOS AOS EMPREGADOS</u></b></p> <p>Até esta data, deverá ser efetuado o pagamento de salários aos empregados, relativo ao mês de fevereiro/97. Esta orientação atinge somente às empresas dos setores metalúrgicos, químicos e plásticos, bem como outras, quando previamente estabelecidas no Acordo ou Convenção Coletiva da categoria. Para empresas de outras categorias, desde que não haja condições mais favoráveis aos empregados, poderão efetuar o pagamento até o dia 06, 5ª feira.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>HORAS NORMAIS E DSR NO MÊS:</b> Para o mês de fevereiro/97, as horas normais e os DSRs (somente aplicado aos horistas), estão distribuídos da seguinte maneira (base 220 hs/mensal): <ul style="list-style-type: none"> <li>- horas normais = 176,00 hs/ct (24 dias = 176:00 hs/sx)</li> <li>- DSRs (*) = 29,33 hs/ct (04 dias = 29:20 hs/sx)</li> <li>- TOTAL = 205,33 hs/ct (28 dias = 205:20 hs/sx)</li> </ul> <p>Obs.: Não está incluso no DSR, o feriado municipal.</p> </li> <li>• <b>ATRASO NO PAGAMENTO:</b> O atraso no pagamento de salários acarreta à empresa, multa equivalente a 160 UFIR (pode ser reduzido a 50%, se pago espontaneamente), por empregado prejudicado, mais uma multa pela Convenção ou Acordo Coletivo (caso esteja previsto);</li> <li>• <b>PRAZO DE PAGAMENTO:</b> De acordo com o § 1º do art. 459 da CLT, o prazo para pagamento de salários vai até o 5º dia útil, subsequente ao mês de competência. Para efeito de contagem do prazo, no calendário, o sábado é dia útil (IN nº 01/89);</li> <li>• <b>FORMA DE PAGAMENTO:</b> O art. 463 da CLT, determina que o pagamento de salários seja feita em moeda corrente do país. Por outro lado a Port. nº 3.281/84, autorizou o pagamento por meio de crédito em conta ou por meio de cheques, desde que a empresa esteja localizada no perímetro urbano e com o prévio consentimento do empregado (os analfabetos recebem somente em dinheiro), e nesse caso, a empresa, deverá garantir o horário que permita o desconto imediato do cheque. No tocante a transporte, caso o acesso do estabelecimento de crédito exija utilização do mesmo; e condição que impeça qualquer atraso no recebimento dos salários e da remuneração das férias. De acordo com o art. 439 da CLT, o menor pode firmar o recibo de pagamento;</li> <li>• <b>CORREÇÃO SALARIAL:</b> A MP nº 1.053, 30/06/95 (RT 053/95), que trouxe medidas complementares do Plano Real - Desindexação da Economia, determinou a partir de 01/07/95, a livre negociação salarial nas suas respectivas datas-base. Ficou garantido na primeira data-base, a partir de julho/95, o pagamento do reajuste relativo a variação acumulada do IPCr entre a última data-base e junho/95, inclusive. Sobre revisão salarial das perdas salariais, consulte o RT 074/94 (Decreto nº 1.239/94).</li> </ul>
<b>DIA 05</b>	<p><b><u>DIRF ANO-BASE 1996 - EXERCÍCIO 1997 - FINAIS CGC 5 E 6</u></b></p> <p>Até esta data, as empresas com finais do número básico do CGC 5 e 6, deverão entregar a DIRF, meio de informação somente em fita magnética, cartucho ou disquete (extinto o formulário), acompanhada de 3 vias do Recibo de Entrega Provisório, à unidade local da Secretaria da Receita Federal do domicílio do declarante. Veja mais detalhes no RT 100/96.</p>
<b>DIA 06</b>	<p><b><u>PIS - ABONO/RENDIMENTOS - NASCIDOS DE 16 A 30 DE JUNHO</u></b></p> <p>De 25/02/97 até 30/04/97, os empregados nascidos no período de 01 a 15 de maio, poderão sacar o Abono ou Rendimentos do PIS relativo ao exercício 96/97, junto a Caixa Econômica Federal. (Resolução nº 123, de 18/09/96, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT - RT 081/96, e, Resolução nº 2, de 15/10/96, do Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS-PASEP - RT 085/96).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>TUMOR MALIGNO:</b> A Resolução nº 1, de 15/10/96 (RT 085/96), do Conselho Diretor do Fundo de Participação do PIS-PASEP, autorizou o saque da cota PIS-PASEP, aos portadores da doença de neoplasia maligna (tumor maligno), seja o titular quando ele próprio ou qualquer de seus dependentes.</li> </ul>
<b>DIA 06</b>	<p><b><u>DIRF ANO-BASE 1996 - EXERCÍCIO 1997 - FINAIS CGC 7 E 8</u></b></p> <p>Até esta data, as empresas com finais do número básico do CGC 7 e 8, deverão entregar a DIRF, meio de informação somente em fita magnética, cartucho ou disquete (extinto o formulário), acompanhada de 3 vias do Recibo de Entrega Provisório, à unidade local da Secretaria da Receita Federal do domicílio do declarante. Veja mais detalhes no RT 100/96.</p>

<b>DIA 07</b>	<p><b><u>FGTS - RECOLHIMENTO</u></b></p> <p>Recolher até esta data, junto ao banco depositário, o FGTS relativo a 8% sobre as remunerações pagas na folha de pagamento de fevereiro/97. Deve-se ainda considerar os afastados por acidente de trabalho, serviço militar e primeira parcela do 13º salário pagas na ocasião da concessão de férias.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>PRAZO DE RECOLHIMENTO:</b> Recolhe-se o FGTS até o dia 07 de cada mês, antecipando-se quando não há expediente bancário (Art. 15, da Lei nº 8.036/90 e regulamentado pelo art. 27, do Decreto nº 99.684/90;</li> <li>• <b>RECOLHIMENTO EM ATRASO:</b> Para cálculo do FGTS em atraso, no período de 10/01/97 a 09/02/97, consulte o RT 007/97.</li> <li>• <b>FORMULÁRIO GRE:</b> Desde 02/05/95, os recolhimentos do FGTS, para todas modalidades de depósitos, à exceção dos valores inscritos em dívida ativa, deverão ser efetuados através da Guia de Recolhimento do FGTS - GRE em substituição aos antigos formulários (RE, GR e Relação de Trabalhadores Avulsos). A empresa poderá optar pela GRE pré-emitida (recolhimento dos códigos 116 ou 108); GRE em meio magnético (fita ou disquete); ou GRE (formulário adquirido no comércio). O 13º salário, inclusive a 1a. parcela, deverá ser informado separadamente do depósito regular (campos 28 e 33 da GRE). Foram extintos, a partir de maio/95, os códigos de recolhimentos: 140, 159, 205, 302, 310, 507 e 744 e os códigos de afastamento (RE): A, B, C, D, T e. Instruções mais detalhadas sobre o preenchimento da GRE, consulte o RT 029/95 (Circular nº 46/95).</li> <li>• <b>CENTRALIZAÇÃO DE RECOLHIMENTOS:</b> A empresa que possua mais de um estabelecimento poderá, sem prévia autorização da CEF, centralizar (parcial ou total) os depósitos do FGTS, desde que mantenha, em relação àquelas unidades, o controle de pessoal e os registros também centralizados. Nesse caso, a centralização somente será possível, desde que a empresa opte pelo sistema de informação através de meio magnético (fita ou disquete);</li> <li>• <b>MULTAS ADMINISTRATIVAS E NOTIFICAÇÕES PARA DEPÓSITO:</b> Veja matéria no RT nº 010/96 (Portaria nº 148, de 25/01/96);</li> <li>• <b>PARCELAMENTO DE DÉBITOS:</b> Instruções sobre parcelamento de débitos, consulte o RT 094/96 (Circular nº 77, de 07/11/96), que trata sobre parcelamento e reparcelamento de débitos e alterou as informações contidas no RT 055/96 (Resolução nº 223, de 25/06/96); RT 025/96 (Circular nº 66, de 20/03/96); RT 002/96 (Resolução nº 202, de 12/12/95); 033/94 (Resolução nº 139/94) e RT 039/94 (Circular nº 028/94). A Resolução nº 233, de 20/08/96 (RT 071/96) estabeleceu condições especiais para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS, que trata a Resolução 202/95, concedendo uma carência para início de pagamento de até um ano, desde que seja concedido uma estabilidade aos empregados pelo prazo de duração da carência acordada, acrescido de mais 50%. Esta estabilidade deverá estar prevista no Acordo Coletivo de Trabalho ou Termo Aditivo, firmado junto ao sindicato profissional da categoria;</li> <li>• <b>PERÍODO DE MARÇO A JUNHO/94 - URV:</b> A MP nº 457/94, instruiu para efeito de recolhimento, do período relativo março a junho/94, a conversão em CR\$, com base na URV do dia 05 caso o recolhimento seja normal (dentro do prazo legal); se o recolhimento esteja em atraso, a conversão será com base no dia 07;</li> <li>• <b>FISCALIZAÇÃO:</b> Novas instruções sobre fiscalização do FGTS, constam no RT 054/96 (Instrução Normativa nº 3, de 26/06/96), que substituiu as informações mencionadas no RT nº 031/94 (revogou a IN nº 02/94).</li> <li>• <b>ADMISSÃO DE NOVOS EMPREGADOS:</b> Na ocasião do recolhimento do FGTS, anexar o formulário PAC - Pedido de Alteração Cadastral, devidamente preenchido, para o cadastramento do novo empregado no sistema do FGTS (Circular nº 46/95, da CEF).</li> </ul>
<b>DIA 07</b>	<p><b><u>FGTS EM ATRASO - UTILIZAÇÃO DA TABELA DE COEFICIENTES</u></b></p> <p>Até essa data, utiliza-se a tabela da Edital da CEF, editada no RT 007/97, para cálculo e recolhimento do FGTS em atraso.</p>
<b>DIA 07</b>	<p><b><u>DIRF ANO-BASE 1996 - EXERCÍCIO 1997 - FINAIS CGC 9 E 0</u></b></p> <p>Até esta data, as empresas com finais do número básico do CGC 9 e 0, deverão entregar a DIRF, meio de informação somente em fita magnética, cartucho ou disquete (extinto o formulário), acompanhada de 3 vias do Recibo de Entrega Provisório, à unidade local da Secretaria da Receita Federal do domicílio do declarante. Veja mais detalhes no RT 100/96.</p>
<b>DIA 10</b>	<p><b><u>CÓPIA DA GRPS - ENTREGA AO SINDICATO PROFISSIONAL</u></b></p> <p>Até essa data, deverá ser encaminhado a cópia da GRPS referente ao mês de competência fevereiro/97, devidamente quitada, ao sindicato profissional da categoria preponderante.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MAIS DE UM ESTABELECIMENTO:</b> As empresas que possuem mais de um estabelecimento, localizado em base geográfica diversa, a cópia da GRPS será encaminhada ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados de cada estabelecimento (§ 1º, art. 10, Decreto nº 1.197/94 - RT 057/94);</li> <li>• <b>RECOLHIMENTO EM MAIS DE UMA GRPS:</b> As empresas que recolherem suas contribuições em mais de uma GRPS, encaminharão cópias de todas as guias (§ 2º, art. 10, Decreto nº 1.197/94);</li> <li>• <b>MEIO DE ENTREGA:</b> A cópia poderá ser enviada ao sindicato por qualquer meio que garanta a reprodução integral do documento, devendo a empresa, comprovar a entrega ao sindicato (§ 3º, art. 10, Decreto nº 1.197/94);</li> <li>• <b>FIXAÇÃO NO QUADRO:</b> Além da entrega ao sindicato, a empresa deverá fixar durante o período de um mês, a cópia da GRPS no quadro de horário de trabalho (Decreto nº 1.843, de 25/03/96 - RT 026/96).</li> </ul>
<b>DIA 10</b>	<p><b><u>FGTS - RELAÇÃO COMPLEMENTAR DE EMPREGADOS - ENTREGA AO BANCO</u></b></p> <p>Até esta data, deverá ser entregue ao banco depositário, a relação complementar de nomes e endereços de novos empregados admitidos no período de 01 a 31/01/97 (Resolução nº 49, de 12/11/91, DOU de 28/11/91, do Conselho Curador do FGTS).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para cadastramento do novo funcionário no sistema FGTS, a Circular nº 46, de 29/03/95, DOU de 31/03/95, da CEF, que introduziu o novo formulário GRE, mandou preencher o formulário PAC - Pedido de Alteração Cadastral, (informando o endereço do novo funcionário, inclusive), que deverá ser entregue na ocasião do recolhimento do depósito do FGTS. Na admissão do novo empregado, deverá ainda, preencher os campos 25 e 22 da GRE (código de admissão e data de nascimento). Observar que a referida Circular da CEF não revogou a Resolução nº 49/46 do Conselho Curador do FGTS.</li> </ul>

<b>DIA 12</b>	<p><b><u>IRRF - ASSALARIADOS E OUTROS - RECOLHIMENTO</u></b></p> <p>Até esta data deverá ser recolhido o IRRF de assalariados, autônomos, pró-labore, fretes e carretos, etc, com rendimentos pagos no período de 02 a 08/03/97.</p>
<b>DIA 14</b>	<p><b><u>CADASTRO DE EMPREGADOS - CAGED - ENTREGA AO CORREIO</u></b></p> <p>A empresa que no mês de fevereiro/97, teve os seguintes movimentos: admissão, demissão, aposentadoria, falecimento e transferência de empregados, deverá fazer a entrega da 1ª via do respectivo Cadastro ao Correio de sua cidade, até esta data.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FORMULÁRIO:</b> Desde 01/03/95, com o advento da Port. nº 194, 24/02/95, o CAGED recebeu um novo modelo, confeccionado em 2 vias, sendo a primeira destinado ao Mtb e a segunda destinada a empresa. O formulário atual (Port. nº 1.022/92), poderá ser utilizado até o dia 24/02/97;</li> <li>• <b>CENTRALIZAÇÃO DO PREENCHIMENTO:</b> A Port. 194/95, permitiu a centralização do preenchimento e remessa dos formulários em um único estabelecimento, desde que providenciem, no prazo de 15 dias contados da data da postagem, o encaminhamento dos comprovantes aos respectivos estabelecimentos abrangidos. De 02/12/92 a 01/02/95, não foi permitido a centralização do referido documento (Port. nº 1.022/92);</li> <li>• <b>OPÇÃO PELO SISTEMA MAGNÉTICO:</b> A empresa que optou pelo sistema magnético, mesmo que não haja movimentação no período, está obrigada a prestar informações mensalmente;</li> <li>• <b>ATRASSO NA ENTREGA:</b> A postagem em atraso, causa multa automática por empregado mencionado. Os valores das multas são as seguintes: até 30 dias de atraso = 4,2 UFIR; de 31 até 60 dias = 6,3 UFIR; e a partir de 61 dias = 12,6 UFIR. O valor é recolhido através do formulário DARF sob o código 2877, mencionando no campo 14 "Multa Automática Lei nº 4.923/65".</li> </ul>
<b>DIA 14</b>	<p><b><u>INSS (CARNÊ) - RECOLHIMENTO</u></b></p> <p>O carnê de recolhimento das contribuições do INSS, do contribuinte individual (sócios, autônomos, domésticos e outros) relativo ao mês de fevereiro/97, deverá ser recolhido até esta data, sem nenhum acréscimo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>PRAZO DE RECOLHIMENTO:</b> Desde a competência abril/93, o recolhimento ocorre até o dia 15 do mês subsequente (Lei nº 8.620/93, regulamentado pelo Decreto nº 738, 28/01/93). Não havendo expediente bancário, na data do vencimento, o recolhimento deverá ser antecipado para o dia útil imediatamente anterior (Lei nº 8.620, de 05/01/93, ratificado pela republicação no DOU de 12/07/93);</li> <li>• <b>PERÍODO DE MARÇO A JUNHO/94 - URV:</b> As contribuições previdenciárias deverão ser calculadas em URV e convertidas em UFIR, ou em CR\$ na data do recolhimento, caso este ocorra antes do 1º dia útil do mês subsequente ao de competência. Esse procedimento somente se aplica no período de março até junho/94. Veja demais instruções no RT 018/94 (MP nº 434/94);</li> <li>• <b>APOSENTADOS:</b> Relativo ao período de 16/04/94 até 31/07/95, os aposentados (inclusive o contribuinte individual) gozaram da isenção da contribuição previdenciária, beneficiada pela Lei nº 8.870/94 (RT 032/94). A partir de 01/08/95, os aposentados voltaram a contribuir para Previdência Social, vigência da Lei nº 9.032/95 (RT 036/95) e Portaria nº 2.006/95 (RT 038/95). Observar que a ON nº 01/94 (RT 053/94), não esclareceu a extensão da isenção aos contribuintes individuais;</li> <li>• <b>RECADASTRAMENTO:</b> A Resolução nº 384, de 12/08/96 (RT 065/96), repetida pela Ordem de Serviço nº 547, de 14/08/96 (RT 069/96), prorrogou até 28/02/97, o prazo para o cadastramento dos Contribuintes Individuais junto a Previdência Social. Também foi ratificado pela Portaria nº 3.480, de 01/08/96 (RT063/96). A prorrogação anterior, determinada pela Portaria nº 3.033, de 29/02/96 (RT 020/96), previa até o dia 31/07/96. O cadastramento é feito junto ao Correio local. Resolução nº 296, de 21/09/95 (RT 078/95), havia prorrogado anteriormente até o dia 29/02/96;</li> <li>• <b>RESIDENTE OU DOMICILIADO NO EXTERIOR:</b> A Portaria nº 2.795/95 (RT 096/95), autorizou o brasileiro residente ou domiciliado no exterior, a contribuir para a Previdência Social na qualidade de segurado facultativo, desde que não esteja vinculado à legislação previdenciária daquele país ou já seja segurado da Previdência Social Brasileira;</li> <li>• <b>ESCALA DE SALÁRIO-BASE:</b> A Portaria nº 3.242, de 09/05/96 (RT 040/96), repetidas pelas Ordem de Serviço nº 557, de 18/11/96 (RT 097/97) e Ordem de Serviço nº 149, de 25/10/96 (RT 094/96) divulgou nova tabela de escala de salário-base a partir da competência maio/96. De acordo com a MP nº 1.415, de 29/04/96 (RT 036/96), a partir de agosto/96, as três primeiras faixas da escala, passarão a ter a alíquota de 20% (até julho/96 será 10%). Posteriormente, foi ratificado pela Ordem de Serviço nº 143, de 07/08/96 (RT 067/96) e Portaria nº 3.495, de 08/08/96 (RT 066/96).</li> <li>• <b>INTERSTÍCIO:</b> A MP nº 1.523, de 11/10/96 (RT 084/96), reeditada pela MP 1.523-1, de 12/11/96 - RT 094/96 e regulamentada pela Portaria nº 3.604, de 23/10/96 (RT 088/96), alterou o número mínimo de permanência em cada classe da escala de salário-base do contribuinte individual.</li> <li>• <b>INDENIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES:</b> A Portaria nº 3.604, de 25/10/96 (RT 088/96), repetida pela Ordem de Serviço Conjunta nº 55, de 19/11/96 (RT 096/97), permite indenizar as contribuições relativo ao período de filiação não obrigatória ou anterior a inscrição.</li> <li>• <b>RECOLHIMENTO EM ATRASO - GRPS 3:</b> De acordo com a Ordem de Serviço Conjunta nº 55, de 22/11/96 (RT 096/97), as contribuições em atraso até a competência abril/95, serão obrigatoriamente recolhidas através da GRPS-3, somente quando superior a duas competências consecutivas. Quando apenas uma, deverá ser recolhido através do próprio carnê.</li> </ul>
<b>DIA 19</b>	<p><b><u>IRRF - ASSALARIADOS E OUTROS - RECOLHIMENTO</u></b></p> <p>Até esta data, deverá ser recolhido o IRRF de assalariados, autônomos, pró-labore, fretes e carretos, etc, com rendimentos pagos no período de 09 a 15/03/97.</p>
<b>DIA 20</b>	<p><b><u>ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS - PAGAMENTO</u></b></p> <p>De acordo com a Convenção/Acordo Coletivo dos setores metalúrgicos, químicos e plásticos, bem como outras categorias, quando previstas, o adiantamento deverá ser pago até esta data.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>ASPECTO LEGAL:</b> O adiantamento de salário não é um direito previsto na CLT. As empresas obrigadas a fazer o pagamento, fazem espontaneamente ou porque estão regidas por normas da Convenção/Acordo Coletivo da categoria;</li> <li>• <b>INCIDÊNCIA DO IRRF:</b> No tocante a incidência do IRRF, se o adiantamento for compensado noutro mês, deverá ser observado a retenção do IRRF. Quando compensado dentro do próprio mês, não há nenhuma incidência do IRRF.</li> </ul>

<b>DIA 25</b>	<p><b><u>RAIS ANO-BASE 1996 - EXERCÍCIO 1997 - ENTREGA</u></b></p> <p>A RAIS ano-base 1996, exercício 1997, informados em formulários, disquete ou fita magnética, de qualquer quantidade empregados (inclusive a negativa), deverão ser entregues até esta data, na CEF, Banco do Brasil ou SERPRO, conforme o caso. Mais detalhes no RT 098/96.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O empregador que não entregar a RAIS até o dia 25/03/97, omitir informações ou prestar declaração falsa ou inexata, ficará sujeito a multas de 400 a 40.000 UFIR.</li> <li>• A multa recolhida espontaneamente será calculada sobre o valor mínimo acrescido de 10 UFIR por empregado não-declarado ou informado incorretamente, além do acréscimo de 50 UFIR por bimestre em atraso.</li> <li>• O empregador deverá ressarcir diretamente ao empregado prejudicado o Abono Salarial, no valor de um salário mínimo vigente na ocasião do respectivo pagamento.</li> </ul>
<b>DIA 26</b>	<p><b><u>IRRF - ASSALARIADOS E OUTROS - RECOLHIMENTO</u></b></p> <p>Até esta data, deverá ser recolhido o IRRF de assalariados, autônomos, pró-labore, fretes e carretos, etc, com rendimentos pagos no período de 16 a 22/03/97.</p>
<b>DIA 28</b>	<p><b><u>FERIADO - PAIXÃO</u></b></p> <p>De acordo com a Lei Municipal nº 7.008, de 06/04/67, é considerado feriado cível em toda região de São Paulo.</p>
<b>DIA 31</b>	<p><b><u>DCTF EM DISQUETE - ENTREGA NA RECEITA FEDERAL</u></b></p> <p>Até esta data, as empresas cujo o valor mensal seja igual ou superior a 10.000 UFIR ou cujo faturamento mensal seja igual ou superior a 200.000 UFIR, independentemente do valor mensal a declarar e todas as instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional, independentemente do valor mensal a declarar, relativo ao mês de fevereiro/97.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>NOVOS PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO A PARTIR DE 1997:</b> A Instrução Normativa nº 73, de 19/12/96, DOU de 23/12/96 (RT 001/97), da Secretaria da Receita Federal, estabeleceu novos procedimentos para apresentação da DCTF a partir ano de 1997. De acordo com a IN, a DCTF, que é informada somente em meio magnético, deverá ser apresentada trimestralmente até o terceiro dia útil do segundo mês subsequente ao trimestre. O encerramento dos trimestres, ocorrerão sempre em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano. A multa é de R\$ 57,34 por mês-calendário ou fração de atraso;</li> <li>• <b>LIMITE MENSAL - OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO:</b> A partir do mês em que qualquer um dos limites fixados for ultrapassado, o contribuinte ficará obrigado à apresentação da DCTF, devendo manter esta obrigatoriedade até a declaração correspondente ao mês do ano em curso;</li> <li>• <b>FATURAMENTO MENSAL EM UFIR:</b> Para obtenção do faturamento mensal em UFIR, deverá ser utilizado o valor da UFIR vigente no último dia do mês respectivo;</li> <li>• <b>FATOS GERADORES A PARTIR DE JANEIRO/95:</b> Para fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/95, as informações deverão ser prestadas em R\$ (Ato Declaratório nº 05/95 - RT 019/95);</li> <li>• <b>INSTRUÇÕES GERAIS:</b> Instruções gerais sobre DCTF, consulte os Rts 019/95 e 041/95;</li> <li>• <b>PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA:</b> A Instrução Normativa nº 24, de 24/04/96 (RT 035/96), prorrogou para até o dia 03/05/96, o prazo de entrega da DCTF relativo ao mês de março/96.</li> </ul>

<b>notas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b><u>SINDICATOS - CONTRIBUIÇÕES:</u></b> <i>Observar os prazos determinados pelos Sindicatos, quanto ao recolhimento da Contribuição Confederativa, Mensalidade de Associados e Contribuição Assistencial;</i></li> <li>• <b><u>SENAI - CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL:</u></b> <i>As indústrias, empresas de comunicação, transportes e pesca, com mais de 500 empregados, devem recolher mensalmente a Contribuição Adicional ao SENAI. O recolhimento é calculado com base em 0,2% sobre o valor total das remunerações pagas aos empregados e recolhe-se diretamente ao SENAI ou Banco do Brasil, em guia própria. Havendo convênio SENAI/Empresa, a contribuição poderá ser reduzida pela metade;</i></li> <li>• <b><u>OBRIGAÇÕES JUNTO AO SINDICATO:</u></b> <i>Observar demais obrigações junto ao sindicato profissional, previstas em convenção/acordo coletivo da categoria.</i></li> </ul>
---------------	---



## CONSTRUÇÃO DA MORADIA PRÓPRIA UTILIZAÇÃO DO FGTS

A Circular nº 89, de 18/02/97, DOU de 19/02/97, da Área de Prestação de Serviços, da CEF, disciplinou procedimentos para utilização de recursos do FGTS na construção de moradia própria. Na íntegra:

A Caixa Econômica Federal - CEF, na qualidade de agente operador do FGTS, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, Inciso II, da Lei nº 8.036, de 11/05/90, e em cumprimento às disposições da Resolução 244, do Conselho Curador do FGTS, de 10/12/96, baixa instrução disciplinando procedimentos para utilização de recursos do FGTS na construção de moradia própria.

1. É facultado o saque de valores da conta vinculada do FGTS para integralização de parcela de recursos próprios em programa de construção de moradia própria realizado através de financiamento, dentro ou fora do SFH, e de autofinanciamento que envolva cooperativa habitacional ou administradora de consórcio de imóveis residenciais em construção.

1.1. A operação, desde que enquadrável nas regras do SFH e intermediada por agente financeiro, terá os recursos liberados segundo o cronograma físico-financeiro da obra e observará as seguintes condições básicas:

1.1.1. O trabalhador deverá contar, no mínimo, com 3 anos de trabalho sob regime do FGTS, numa ou mais empresas.

1.1.2. O imóvel deverá destinar-se à residência do trabalhador e localizar-se no município de seu domicílio, município limítrofe ou região metropolitana, não podendo o pretendente ser proprietário ou estar construindo naquelas localidades.

1.1.3. O valor do saque não excederá o saldo da conta vinculada à época da operação, que somado ao financiamento observará os seguintes limites:

- o valor do imóvel estabelecido para as operações no âmbito do SFH;
- o somatório das etapas do cronograma físico-financeiro a realizar; e
- o valor de avaliação do imóvel efetuada pelo agente financeiro.

1.1.4. Os recursos serão liberados ao agente financeiro consoante o cronograma físico-financeiro da obra, em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo mesmo índice aplicado à conta vinculada.

1.1.5. Caberá ao agente financeiro vistoriar, no mínimo trimestralmente, a execução do cronograma físico-financeiro da obra, emitindo o competente laudo de vistoria.

1.1.6. A operação deverá ter contrato particular, nos termos da Lei 4380/64, ou escritura pública, devidamente registrada no cartório imobiliário, onde conste o valor do FGTS utilizado e a data da contratação.

1.1.7. O pedido de utilização de recursos FGTS será instruído com cópia de documentos/certidões que comprovem a qualificação pessoal do pretendente e o local onde exerce sua ocupação principal.

1.1.8. O construtor deverá entregar cópia dos atos constitutivos da sociedade, do cartão do CGC - Cadastro Geral de Contribuinte, do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, do cronograma físico-financeiro da obra, do alvará de construção, do projeto arquitetônico, do título de domínio do terreno registrado no cartório imobiliário e da certidão de ônus reais.

1.1.8.1. Caso a operação envolva cooperativa habitacional, serão também exigidos seus atos constitutivos, o livro de matrícula de cooperados e o termo de adesão do trabalhador à cooperativa.

1.1.8.2. Caso a operação envolva administradora de consórcio de imóvel, serão também exigidos seus atos constitutivos e o certificado de autorização expedido pelo BACEN.

1.1.9. A utilização do FGTS nas condições estabelecidas nesta Circular poderá ser efetuada por mais de um pretendente ao mesmo imóvel, desde que exista vínculo de parentesco, nupcial ou concubinato.

2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER HIEBERT  
Diretor



## **FINANCIAMENTO DA MORADIA PRÓPRIA UTILIZAÇÃO DO FGTS**

A Resolução nº 244, de 10/12/96, republicada no DOU de 21/02/97 ( por ter saído com incorreção no DOU de 16/12/96), regulamentou a movimentação da conta vinculada para o pagamento total ou parcial da parcela de recursos próprios do preço de aquisição da moradia própria, durante a fase de produção. Na íntegra:

O Conselho Curador do FGTS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XI, do artigo 5º, da Lei nº 8.036, de 11/05/90, e o inciso II do artigo 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 08/11/90.

Considerando que o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 8.036 de 11/05/90 assegura ao trabalhador a movimentação da conta vinculada para o pagamento total ou parcial do preço de aquisição da moradia;

Considerando que a interpretação restritiva imposta a esta modalidade de saque tem permitido essa efetivação somente nos casos de aquisição de unidade concluída, mediante a formalização do registro em Cartório de Registro de Imóveis;



Considerando que significativo contingente de trabalhadores tem recorrido a financiamentos ou programas de autofinanciamento para a satisfação do direito à moradia, arcando com o percentual de recursos próprios;

Considerando que a disponibilização dos recursos da conta vinculada para a construção garantirá maior acesso de trabalhadores à moradia, gerando novos empregos através da produção, resolve:

1. Regular a movimentação da conta vinculada, nos termos do artigo 20, inciso VII, da Lei nº 8.036, de 11/05/90, para o pagamento da parcela de recursos próprios do preço de aquisição da moradia própria, durante a fase de construção, mediante as seguintes condições:

1.1. para o pagamento da parcela de recursos próprios decorrente de aquisição da moradia através de financiamento ou programa de autofinanciamento:

- a) apresentação do contrato de financiamento ou contrato de promessa de compra e venda;
- b) apresentação da documentação comprobatória de não ser proprietário de outro imóvel residencial;
- c) valor de venda ou avaliação compatível com as condições vigentes para o SFH.

1.2. O saque da conta vinculada na forma do subitem 1.1 deverá ser realizado de acordo com o prazo do cronograma físico-financeiro apresentado.

3. O Agente Operador baixará as normas complementares a esta resolução, no prazo de 60 dias.

4. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO PAIVA  
Presidente do Conselho.



## **IRRF - DISPENSA DE RETENÇÃO IGUAL OU INFERIOR A R\$ 10,00**

O Ato Declaratório (normativo) nº 15, de 19/02/97, DOU de 20/02/97, da Secretaria da Receita Federal, orientou que a dispensa de retenção do IRRF de valor igual ou inferior a R\$ 10,00, aplica-se também nas bases de cálculo do imposto devido na declaração das PF e também PJ tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Na íntegra:

O Coordenador-Geral do Sistema de Tributação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 67 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, declara:

Em caráter normativo, às Superintendências Regionais da Receita Federal, às Delegacias da Receita Federal de Julgamento e aos demais interessados que a dispensa de retenção do imposto de renda na fonte de valor igual ou inferior a R\$ 10,00, a que se refere o art. 67 da Lei nº 9.430, de 1996, aplica-se a rendimentos que devam integrar:

- I - a base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos das pessoas físicas;
- II - a base de cálculo do imposto devido pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

SANDRO MARTINS SILVA.



## **INFORMAÇÃO**

### **SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE MAIO DE 1996 - NOVA TABELA DE DESCONTOS DO INSS - ALTERAÇÃO NAS ALÍQUOTAS DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL E CORREÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - MP 1.463-10/97**

A Medida Provisória nº 1.463-10, de 14/02/97, DOU de 15/02/97, reeditou e convalidou os atos praticados pela MP nº 1.463-9, de 17/01/97.

Entre outros, fixou em R\$ 112,00 o novo salário mínimo nacional a partir de maio/96. Na área da Previdência Social, a tabela de descontos do INSS de empregados, a partir de maio/96, será corrigida pelos mesmos índices que corrigem os benefícios da prestação continuada (SELIC); todos os contribuintes individuais passam a contribuir 20% sobre o salário-de-contribuição, o que significa dizer que, os 10% das primeiras 3 faixas passam para 20%; e a correção dos benefícios mantidos pela previdência, a partir de maio/96, passam a ser com base no IGP-DI da FGV.

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL - LEI ORGÂNICA - ALTERAÇÕES - MP Nº 1.473-28/97**

A Medida Provisória nº 1.473-28, de 14/02/97, DOU de 15/02/97, reeditou e convalidou os atos praticados pela MP nº 1.473-27, de 17/01/97, que trata sobre as alterações da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), especialmente sobre: a comprovação de deficiência; prazos para aprovação do requerimento dos benefícios; e concessão do benefício ao maior de 70 anos e ao inválido.

## NR 22 - NORMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO DE MINERAÇÃO

---

A Portaria Conjunta nº 3, de 22/01/97, DOU de 24/01/97, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, após a conclusão dos trabalhos realizados pelo Grupo Técnico Interministerial constituído para elaboração do texto técnico básico à revisão das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho na Mineração, determinou a publicação do texto básico da proposta de Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Mineração.

---

**Para fazer a sua assinatura, entre no site [www.sato.adm.br](http://www.sato.adm.br)**

---

### O que acompanha na assinatura ?

- informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras);
  - CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado;
  - consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite);
  - acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes);
  - notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail;
  - requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista;
  - descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).
- 

#### **Todos os direitos reservados**

Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo:

"fonte: sato consultoria - [www.sato.adm.br](http://www.sato.adm.br)"